



PERCEB

Publicação semestral do CEB-Comecinho de Vida - número 36 - dezembro 2009

Desenvolvimento moral



Nesta edição

Como a escola contribui
para o desenvolvimento
moral de seus alunos

reflexões...

Abordar desenvolvimento moral como tema desta edição do PERCEB nos levou ao desafio de responder duas perguntas que trazem em suas respostas grandes reflexões. **A primeira questão: o que é moral?** De maneira bem objetiva, moral é o conjunto de regras que nos orienta a agir bem. **A segunda pergunta: o que é desenvolvimento moral?** É o processo de construção de valores e apropriação de princípios que nos faz tomar decisões sobre a melhor forma de viver. É importante deixar claro que não se trata de ser “bonzinho ou certinho” diante do mundo, mas de ser capaz de agir de maneira consciente e autônoma em qualquer situação.

O resultado dessa reflexão é o entendimento de que no CEB o trabalho de desenvolvimento da moralidade é tão intencional quanto o de desenvolvimento das diferentes áreas do conhecimento.



“No CEB, DESENVOLVIMENTO MORAL FAZ PARTE DO CURRÍCULO. A ESCOLA É UM ESPAÇO PRIVILEGIADO PARA A CONSTRUÇÃO DA MORALIDADE.”

Expediente PERCEB

O PERCEB é uma publicação do Centro Educacional Brandão - Comecinho de Vida – Al. dos Tupiniquins, 997 - São Paulo - SP - Tel.: (11) 5041-1788

Conselho Editorial: Marta Brandão Zerlotti, Márcio Brandão Pereira, Maria Helena R. de Oliveira da Costa, Elaine David Pires, Nádia Cristina Oliveira, Neusa M. Canotilho, Mônica Pereira da Silva e Adriana Neves Padilla;

Edição e Produção Gráfica: Dagui Design; **Redação:** André Ciasca; **Revisão de texto:** Ricardo Paulo Novais

Regras, princípios e valores

Como dissemos na última edição do PERCEB, os princípios são o que norteia nossas decisões e sustenta a construção de nossos valores.

A criança nasce sem saber o que consideramos certo e errado, gradativamente, por meio das regras que lhe são “impostas” e pelas relações de afeto que vão se construindo; ela passa pela primeira fase do desenvolvimento moral, chamada anomia. Nesse período, a criança segue as regras por medo de perder o afeto; não há qualquer compreensão do princípio que dá sentido ou que justifica a existência da regra.

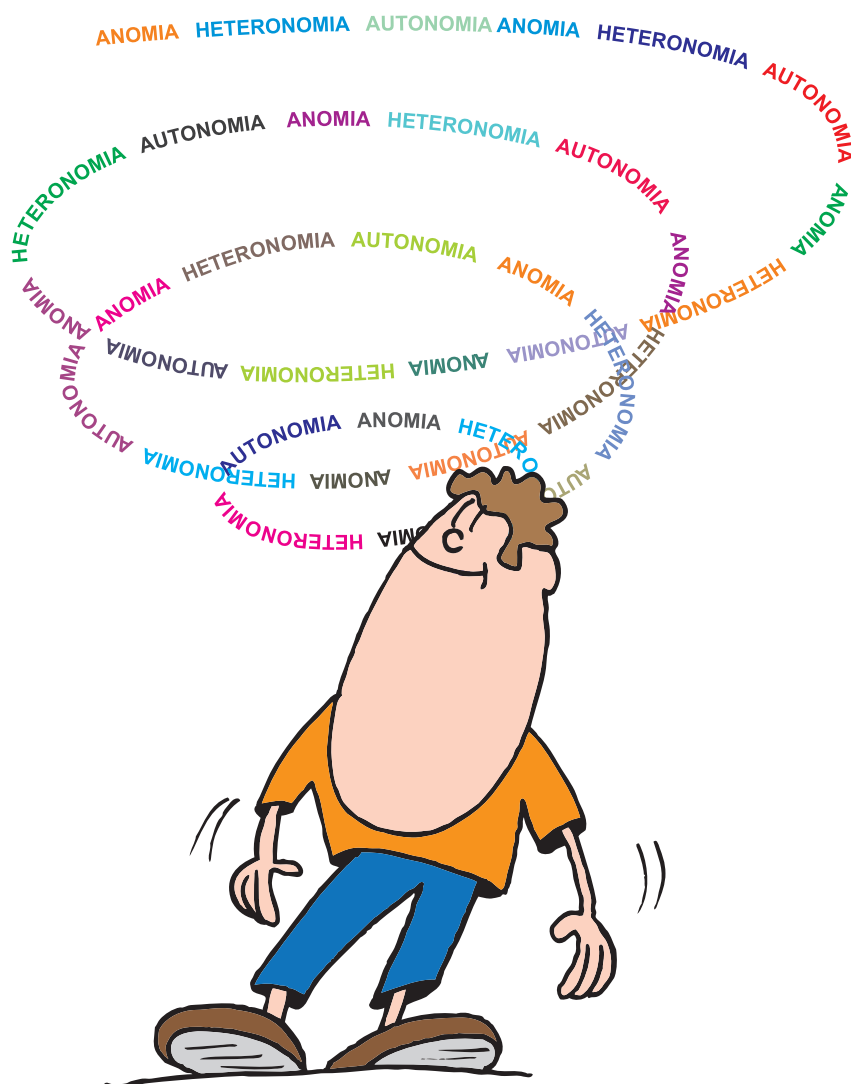
Na heteronomia, a criança começa a compreender o sentido e o espírito das regras, que são em essência os princípios, mas ainda precisa da regulação do adulto para cumprir boa parte delas. A criança age moralmente em razão de castigos

e recompensas.

A conquista da autonomia pressupõe o respeito às regras pela compreensão dos princípios que lhe são subjacentes, ou seja, “agir bem” não está condicionado a punições ou prêmios, mas à atitude ética e moral em relação a si mesmo, ao outro e ao mundo.

A autonomia pressupõe autorregulação e autorrespeito.

A construção da moral e da ética não obedece a um plano linear ou cartesiano. O desenvolvimento moral se dá em etapas (anomia, heteronomia, autonomia), mas estas não podem ser definidas só e simplesmente por critérios objetivos como, por exemplo, faixa etária. As intervenções, a maturidade cognitiva e afetiva, as ações intencionais e a vivência de “modelos” morais e éticos são importantes pilares dessa construção.



A construção da moralidade

O CEB é um espaço de construção de conhecimento, de ética, de afeto, de solidariedade... Um lugar em que se promovem crescimento e autonomia. A escola media, orienta e dá condições para que as crianças, gradativamente, reconheçam a necessidade e o valor das regras e ajam baseadas em valores e princípios, procurando tomar decisões e solucionar conflitos de maneira consciente e madura em qualquer ambiente, dentro ou fora da escola. O caminho a ser percorrido é longo e começa bem cedo.

Desde bem pequena, a criança encontra em todas as relações, dentro ou fora da escola, situações que devem ser conduzidas intencionalmente visando ao seu desenvolvimento moral. Nenhum indivíduo se torna um ser desenvolvido moralmente se não passar por uma série de vivências e experiências. Essas situações são incontáveis, acontecem das mais variadas formas. O CEB as considera fundamentais para o desenvolvimento moral. São boas oportunidades de aprendizagem quando conduzidas intencionalmente. No futuro, em momentos semelhantes, certamente os alunos terão condições de utilizar os recursos nessas situações para resolver problemas ou tomar decisões.

Nem sempre as estratégias utilizadas pela escola coincidem com as utilizadas com base no senso comum. Por exemplo, no lugar de castigo, aplicamos, quando necessário, consequências e sanções por reciprocidade, diretamente ligadas à atitude do aluno. O fundamental é que os envolvidos participem da solução do problema, compreendam e arquem com as possíveis consequências de seus atos.

Não se trata de uma fórmula única aplicada em todas as faixas etárias, mas, sim, de alguns pontos fundamentais que devem ser levados em consideração no processo de intervenção. Os conflitos precisam ser tratados como qualquer outra situação de aprendizagem e com a mesma concepção de educação da escola. O CEB também trata de forma sociointeracionista a solução de conflitos.



Diante de um conflito, é preciso, em primeiro lugar, compreender a situação.

É preciso saber quem são os envolvidos. Todos precisam se colocar. Quem media a situação não pode tomá-la para si; isto quer dizer: não devemos nos antecipar e solucionar “o problema”, atitude que, de fato, economizaria tempo, mas não promoveria crescimento. Como qualquer outro assunto que envolve indivíduos em desenvolvimento, os tempos precisam ser respeitados. Também é importante que muitas perguntas sejam feitas. Elas evitam pré-julgamentos e favorecem oportunidades de escuta, reflexão e busca de boas soluções. Uma boa solução precisa contemplar o bem-estar de todos os envolvidos, além da responsabilidade que cada um deve assumir em relação aos seus atos e ao acordo definido.

Nas próximas duas páginas, apresentaremos algumas situações ocorridas na escola e como o CEB trabalhou com elas. A participação em todo o processo de resolução não significa abrir mão da autoridade de educadores. Ao contrário do que pode parecer, o educador é fundamental na condução de todo esse processo. Quanto mais desenvolvidos, mais independentes os alunos se tornarão da mediação do adulto.

Aprendendo a tomar decisões e resolver conflitos

A ESCOLA É PARTE DO MUNDO E O REPRESENTA EM TODAS AS SUAS DIMENSÕES. É O PRIMEIRO ESPAÇO COLETIVO NO QUAL PESSOAS EM PROCESSOS DE DESENVOLVIMENTO PODEM VIVER SITUAÇÕES E RELAÇÕES REPRESENTATIVAS DO MUNDO EM QUE VIVEM. ASSIM, A ESCOLA NÃO PODE SER IDEALIZADA COMO UM AMBIENTE UTÓPICO ONDE SE VIVEM RELAÇÕES IDEAIS. NELA, APRENDEMOS A TOMAR DECISÕES E RESOLVER CONFLITOS EM SITUAÇÕES REAIS. EM UMA BREVE CONVERSA COM ALUNOS DE IDADES E TURMAS DIFERENTES, CONHECEMOS HISTÓRIAS DIVERSAS, CUJOS CONTEÚDOS, INTENÇÕES E ENTENDIMENTOS REFLETEM NAS CRIANÇAS AS DIVERSAS ETAPAS DO DESENVOLVIMENTO MORAL APLICADO NA PRÁTICA.

Uma quadra, muitas opções

“Hoje é dia de futebol!”, diz o garoto. As meninas com a bola de vôlei na mão querem fazer uma rodinha para começar a brincar e não perder tempo discutindo. Os garotos do futebol insistem que precisam da quadra inteira. Ali do lado, outro grupo se ressentido porque gostaria de jogar basquete ou handebol.” É comum turmas do mesmo segmento quererem usar a quadra poliesportiva nos intervalos. Os alunos saem da sala entusiasmados para a atividade esportiva. Alguns querem jogar vôlei. Outros saem da sala montando o time para uma partida de handebol. Os meninos geralmente não querem abrir mão do futebol. Ao chegar à quadra, todos se deparam com o problema. Não dá para jogar tudo ao mesmo tempo! Será que a turma vai abrir mão das vontades pessoais para praticar apenas uma modalidade? Um grupo argumenta que é hora do vôlei porque outro dia foi só futebol. O pessoal do futebol apresenta mil argumentos para defender suas vontades. A confusão está armada. Certo? Nada disso! Quem dá a lição de interação e boa convivência são os alunos, que, orientados por um educador, tomam a decisão de negociar soluções bastante práticas onde todos saiam ganhando, como dividir o período de recreação na quadra entre as opções de modalidades esportivas – 20 minutos para futebol e 20 minutos para handebol, por exemplo.



Explosão de sentimento

“Uma aluna extremamente nervosa entra na sala, sem pedir licença, falando alto e agredindo verbalmente sua colega com quem estava nervosa.”

Situações como esta podem ocorrer também na escola, e aconteceu com uma aluna de uma das turmas entrevistadas. Ao ser alertada por um profissional sobre a inadequação de sua atitude e questionada sobre o porquê de aquilo estar acontecendo, a aluna que havia se descontrolado entendeu que sua atitude estava errada e decidiu chamar a amiga para conversar. O que poderia se tornar um conflito maior acabou resolvido com uma conversa e pedidos de desculpas para a colega e para todos os demais envolvidos na situação.

Elas nos contaram, ainda, que a maneira como resolveram a situação é frequente no dia a dia da escola e que este é um “bom jeito de resolver as coisas!”.



A história do pingue-pongue

Há cerca de um ano, as turmas de 6º a 8º ano precisaram tomar a frente de um assunto que vinha provocando aborrecimentos nos intervalos. Aqueles eram os únicos momentos em que podiam usar a mesa de pingue-pongue. Porém, a atividade estava sendo interrompida porque também era o horário em que algumas turmas mais novas estavam no mesmo ambiente, em períodos de recreação, e também queriam usar a mesa. Os alunos contam que era comum haver disputas e discussões pelo uso da mesa. E como as outras turmas eram menores, elas acabavam cedendo sempre, o que não parecia justo. O grupo foi orientado pela escola a pensar, com todos os envolvidos, em possíveis soluções para resolver o problema.

Os alunos de 6º a 8º ano escolheram representantes que fizeram o levantamento de todos os aspectos do problema e de possíveis sugestões. Durante uma assembleia, apresentaram e discutiram as propostas com representantes das turmas. Após debates e negociações, a assembleia aprovou regras para uso da mesa de pingue-pongue. Uma delas previa que, como os menores passavam mais tempo naquele espaço, eles deixariam os maiores jogarem nos intervalos e também passariam a jogar juntos em alguns momentos. Será que as regras criadas pelos próprios alunos funcionaram? Eles mesmos dizem que sim.



É importante notar que nessas três histórias, assim como em praticamente todos os casos que acontecem em nosso cotidiano, os educadores não apresentam uma solução de imediato. A intervenção do adulto ocorre sempre no sentido de colocar os lados envolvidos para conversar e chegar a um consenso. É fundamental que todos se compreendam, que possam falar e que saibam ouvir. Assim, chegamos à resolução da situação. No CEB, desde bem pequenos, quando se deparam com situações de conflito, os alunos aprendem com a mediação dos adultos, de acordo com cada faixa etária, a colocar-se, ouvir o outro e participar da solução do problema. A maneira como a solução é encontrada funcionará como referencial para que, ao se depararem com outras situações, tenham consciência e condições de considerar um ou mais pontos de vista a serem ouvidos e analisados. Assim, o aluno amplia a sua visão e pode começar a criar ferramentas para perceber a si mesmo, assim como para perceber o outro e o mundo.

fala CEB!

"Nem sempre a gente precisa de regras. Mas, se a gente faz a regra, não tem como discordar depois."
3º ano (9 anos)

"Não dá pra viver sem regras porque nem todo mundo pensa da mesma maneira."
7º ano (12 anos)

"O CEB não ensina a gente só a se preparar para a faculdade; **ensina a gente ser cidadão e enfrentar outros problemas que não são só de escola.**"
9º ano (14 anos)

"Quando nós participamos da construção da regras, **aumenta nossa responsabilidade por elas.**"
8º ano (13 anos)

"Acho que a escola estimula a gente a pensar em soluções que ajudam a todos e não só a alguns."
9º ano (14 anos)

"A gente aprendeu a resolver conflitos sem que ninguém saia prejudicado."
8º ano (13 anos)

"Às vezes não é do jeito que a gente quer, mas **aqui no CEB eles sempre conversam com a gente para saber o que a gente pensa e o que a gente quer.**"
7º ano (12 anos)



E por falar em parceria...

Por **Mônica Pereira da Silva*** e **Nádia Cristina Oliveira****

Falar de desenvolvimento moral é muito sério e complexo. Neste artigo, vamos abordá-lo no âmbito da parceria entre família e escola.

Várias questões podem nos vir à cabeça quando pensamos neste assunto: Como promover o desenvolvimento moral? Conflitos e situações-problema do cotidiano estão ligados ao desenvolvimento moral? Qual a relação entre conflitos e parceria familiar? Os conflitos acontecem apenas na escola? E por aí vão as elucubrações...

Não temos a pretensão de teorizar sobre nenhuma das perguntas, mas de estabelecer um diálogo com as famílias para que possamos, juntos, encontrar caminhos maduros que permitam às crianças resolverem os conflitos nas diferentes faixas etárias, tendo respeitadas suas possibilidades e vivências. Afinal de contas, conflitos acontecerão independentemente de nossa vontade.

Podemos dizer que, para uma pessoa desenvolver-se moralmente, não podemos lhe tirar o direito de viver situações de conflito. Concebemos que tais situações são oportunidades de aprendizagem. Outro ponto importante é saber que os conflitos mudam de acordo com as faixas etárias, portanto, o que é conflito para os adultos não é para um bebê ou um garoto de 8 anos.

Permitir que nossos filhos (sim, nossos filhos, pois, além de educadoras, somos mães!) vivam a plenitude de sua infância (e adolescência), com as múltiplas faces do crescer – conquistas, desafios, conflitos, dúvidas, atritos, angústias, alegrias, tristezas... – nem sempre é fácil, pois temos que abarcar, além dos sentimentos deles, os nossos próprios e ter discernimento entre superproteger ou deixá-los crescer.

Nesses momentos é preciso muita calma, sabedoria e maturidade. É preciso fazer perguntas que não direcionem para a resposta que queremos ouvir. É fácil? Ninguém disse isso! Porém, pelo bem de nossos filhos, é preciso aprender, é necessário tentar – afinal, o modelo ensina muito mais que palavras.

Quando citamos “pelo bem de nossos filhos”, estamos dizendo que, ao nos depararmos com uma situação difícil, estranha ou contrária aos nossos princípios, por mais tentador que seja fazer um juízo sobre tal, devemos, antes de qualquer coisa, retomar a situação com a criança e com as outras partes envolvidas (na escola, via professor ou orientação) para, então, juntos, ajudarmos no encaminhamento da melhor solução para todos.

Se a situação ocorrer na escola, é bastante sábio que todo o processo seja de parceria intensa com a Instituição, pois, quando um dos lados desautoriza o outro, o aluno, independentemente da idade, vê uma brecha por onde seguir e, muitas vezes de forma inconsciente (ou não!), parte para a manipulação dos adultos e de situações que

certamente viverá. Essa não é a forma ideal (nem real) de resolução de problemas: se desejamos que nossos alunos cresçam e se tornem adultos autônomos, precisamos lhes dar espaço e servir de modelo para que possam tomar suas próprias decisões, porém considerando, minimamente, o respeito, o valor ético, o bem-estar e o ponto de vista do outro.

Já quando dizemos que “o modelo ensina muito mais que palavras” estamos alertando para o fato de que o aprendizado é mais significativo quando acreditamos e agimos coerentemente com nossa fala. Ao verem seus pais agindo de maneira inadequada para atingir seus objetivos ou terem seus desejos satisfeitos, com certeza, as crianças tenderão a fazer o mesmo. Ao passo que se presenciarem (e viverem) situações em que prevaleçam o respeito e o bom senso, a fala educada, em tom baixo e polido, muito provavelmente farão disso uma rotina nas desavenças cotidianas e, por mais que estejam bravos e irritados, terão comportamentos mais adequados para o bom convívio social.

O conhecido psicólogo Içami Tiba disse uma vez, numa de suas palestras da qual fomos ouvintes, que as crianças não se transformam naturalmente em “aborrecentes”: nós, adultos, permitimos isso quando deixamos de dar limites, transformando-as em “crianças”.

Juntos, com certeza, teremos muito trabalho, mas também bons momentos e boas lembranças de etapas nada fáceis, porém muito produtivas do desenvolvimento de nossas crianças e adolescentes. Então, não fuçamos dos conflitos, dos atritos, como quem contorna obstáculos – aprendamos com eles!



* **Mônica Pereira da Silva** é Coordenadora de Recreação do CEB - Comecinho de Vida.

** **Nádia Cristina Oliveira** é Orientadora Pedagógica e Educacional do Berçário ao G2 do CEB - Comecinho de Vida.